

ASPECTOS GERAIS

- Previsão **constitucional** (CF/88, Art. 37, §4º)

Atos de improbidade adm. **importarão**:
(Sem prejuízo da ação penal)

- **Suspensão** dos direitos políticos
 - **Perda** da função pública
 - Indisponibilidade dos bens
 - Ressarcimento ao erário
- PEGADINHA!**
Não é "perda/cassação dos direitos políticos"!

RESULTADOS

- Pode resultar na aplicação de **sanção**:

- Civil
 - Administrativa
 - Penal
- São esferas **independentes** *

Salvo de haver **negativa** de **autoria** ou **inexistência da conduta** na **esfera penal ou civil**.

NOVIDADE! (Lei 14.230/21)

- * a **absolvição criminal** em órgão **colegiado** também impede os trâmites da ação de I.A.
 - As sanções podem ser aplicadas { isolada ou cumulativamente
- sanções aplicadas em outras esferas serão **compensadas**.

improbidade administrativa

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

NOVIDADE!

(Lei 14.230/21)

- = As **condutas tipificadas** nos Arts. 9, 10 e 11.
Rol exemplificativo → Rol taxativo
- Exige que o ato doloso seja praticado com um **fim ilícito**.
- Ilícito de natureza **civil** e **política**.
- **Não** é, em si, considerada **crime**.
- Pode ser **ação** ou **omissão**.

ESPÉCIES:

- Enriquecimento ilícito
- Dano ao erário
- Lesão a princípios
- * Concessão de benefícios indevidos **não** é mais espécie.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ABRANGÊNCIA

- **Lei 8.429/92** → Lei de improbidade administrativa



É uma **lei nacional**, aplica-se a:

- Administração direta e indireta
- Todos os Entes (União, Estados, DF, Municípios)
- Dos três poderes



NOVIDADE!

A **Lei 14.230/21** alterou significativamente a Lei 8.429/92 (Mas ela continua em vigor)

SUJEITO PASSIVO

- **=** Quem **sofre** o ato de improbidade.
- Administração
 - | | |
|-------------|-----------------------|
| Direta | (Em todos os entes) |
| Indireta | |
| Fundacional | |
- Entidade privada para cuja criação/custeio **o erário** **haja concorrido**/concorra.
- **Limitado** o ressarcimento de prejuízos à **repercussão** do ilícito sobre a contribuição dos **cofres públicos**. **NOVIDADE!** (Lei 14.230/21)
- Entidade privada que receba:
 - | | |
|-----------|---------------------------------------|
| Subvenção | Fiscal ou creditício de ordem pública |
| Benefício | |
| Incentivo | |

SUJEITO ATIVO



NOVIDADE! (Lei 14.230/21)

- Agentes públicos: (Sentido amplo)
 - Agentes políticos
 - Servidores públicos
 - Quem exerce **cargo, mandato ou função** nas entidades sujeitas à L.I.A.
- Particular (pessoa física ou jurídica) que celebre com a administração **parceria**. (No que se refere aos recursos públicos)
- Terceiro (pessoa física ou jurídica) que **induza** ou **concorra dolosamente** para o ato. (Não basta mais beneficiar-se)

DECLARAÇÃO DE BENS



NOVIDADE! (Lei 14.230/21)

- Agora, **é a própria declaração do imposto de renda!**
- É requisito para **posse** e **exercício**. (apresentada à Receita Federal)
- Deve ser **atualizada**:
 - Anualmente
 - Quando deixar { mandato cargo emprego função
- Se { não apresentar declaração ou apresentar declaração falsa, → **Pena de demissão**

INDISPONIBILIDADE DOS BENS



NOVIDADE! (Lei 14.230/21)

- Exige a **demonstração de perigo** de dano irreparável.
- **Não** há mais a previsão de **sequestro** de bens.
- O pedido pode ser formulado (Em caráter antecedente ou incidente) a fim de garantir **integral recomposição** do **erário** e do **enriquecimento ilícito**.
- o pedido pode ser formulado independentemente de representação ao MP.

- A ordem de indisponibilidade deve **priorizar**:

- Veículos de via terrestre
- Bens imóveis
- Bens móveis em geral
- Semoventes
- Navios e aeronaves



Apenas na **falta** desses, será feito o **bloqueio** das **contas** bancárias.

- Ações e quotas de sociedades { simples empresárias
- Pedras/metals preciosos

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PRESCRIÇÃO DA AÇÃO



NOVIDADE!

- A ação prescreve em **8 anos da prática** do ato. Não há mais a diferenciação por hipóteses.
- Instauração de { inquérito processo administrativo : **suspende** o prazo por até **180 dias**.
- A **suspensão/interrupção** da prescrição produz efeitos relativamente a **todos** que concorreram. também se estende aos demais atos de improbidade que sejam conexos
- **INQUÉRITO CIVIL**:
 - Prazo: **365 dias +** igual período (com justificativa)
 - A ação deve ser proposta em até **30 dias** após este prazo.



IMPORTANTE!

Ação de **ressarcimento** ao erário: É **imprescritível!** (Sempre)

É **crime** representar contra agente público ou terceiro que sabe ser **inocente**.

* A ação de improbidade tem natureza **repressiva** e caráter **sancionatório**.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PROCESSO JUDICIAL

(Não é para o controle de legalidade)

- Não é uma espécie de ação civil pública.
- Segue o procedimento comum do CPC.

Não há foro por prerrogativa de função! (vai para o juiz de primeiro grau) **PEGADINHA!**

- Competência para propositura: **Ministério Público**

NOVIDADE! (Lei 14.230/21)

~~Não pode mais a pessoa jurídica interessada~~

ATENÇÃO! A ADI 7042 julgou esse dispositivo parcialmente **inconstitucional**, de modo a restabelecer a legitimidade ativa concorrente e disjuntiva.

- **Não se aplicam** na ação:

1. Presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.
2. Imposição do ônus da prova ao réu.
3. Ajuizamento de mais de uma ação de I.A. pelo mesmo fato. (CNMP vai dirimir conflitos de atribuição)
4. Reexame obrigatório da sentença de improcedência ou extinção sem resolução de mérito.

ATENÇÃO! (Lei 13.964/2019)

- É permitida a celebração de acordo de não persecução civil nas ações de improbidade.

Não são mais vedados: {

- Transação
- Acordo
- Conciliação

- Havendo a possibilidade de solução consensual, as partes podem requerer ao juiz a interrupção do prazo para contestação. (Por prazo não superior à 90 dias)

REPRESENTAÇÃO

- Qualquer pessoa pode representar!
- Requisitos:
 - Escrita ou reduzida a termo
 - Qualificação do representante
 - Informações sobre o fato/autoria
 - Indicação de provas
- Se não preenchidos, a representação é rejeitada. (mas a pessoa ainda pode representar ao MP)
- Se atendidos, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos. (Observada a legislação que regula o processo administrativo disciplinar do agente) (Lei 14.230/21)

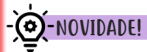
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- A apuração da representação é obrigatória se atendidos os requisitos.
- Se o sujeito ativo for servidor federal:
- Segue o rito do P.A.D. (Lei 8.112/90)
- Realizado por uma comissão designada. (Deve dar conhecimento ao MP/TC, que podem designar representante)

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

- Elemento subjetivo necessário: **Dolo**
- = Obtenção de **vantagem patrimonial** indevida em razão de cargo, mandato função, emprego ou atividade.
- Exemplos importantes:
 - Comissão, percentagem, presente...
 - Uso de **qualquer bem móvel** público em atividade particular.
 - Receber vantagem econômica **para fazer declaração falsa sobre dado técnico** que envolva obra/serviço.
 - Adquirir **bens de valor desproporcional** à evolução de sua renda/patrimônio, **assegurada a demonstração da licitude pelo agente**.

DANO AO ERÁRIO



- Agora só são admitidas condutas **dolosas**.
- A lesão ao erário deve ser **comprovada**.
(não vale mais ser presumida)
- Qualquer **ação/omissão** que enseje:
 - Perda patrimonial
 - Desvio
 - Apropriação
 - Dilapidação
 do patrimônio público.
- **AÇÕES IMPORTANTES:**
 - Facilitar/concorrer para **indevida** incorporação ao patrimônio particular de patrimônio público.
 - Frustrar licitude de { processo seletivo
licitação } **acarretando perda patrimonial efetiva**.
 - Agir **ilicitamente** na { arrecadação de tributo/renda
celebração/fiscalização de parcerias }
- *** A concessão indevida** de benefício deixou de ser uma espécie separada (agora é hipótese de dano ao erário)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

= ESPÉCIES =

LESÃO A PRINCÍPIOS

- elemento subjetivo necessário: **dolo**
- qualquer ação/omissão que **viole**:
 - honestidade
 - legalidade
 - imparcialidade
 - ~~lealdade às instituições~~
- **AÇÕES IMPORTANTES:** (Lei 14.230/21) Rol taxativo
 - Frustrar licitude de concurso **para obter benefício próprio** (direto ou indireto) **ou de terceiro**.
 - Negar publicidade (salvo se imprescindível à segurança da sociedade/estado)
 - Revelar segredo **propiciando benefício por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade/estado**.
 - Não prestar contas **com vistas a ocultar irregularidades**.
 - Descumprir normas de parcerias.
 - **Nepotismo**. (Para cargo em comissão ou função de confiança)
 - **Promoção pessoal**
- *** Não** é improbidade a nomeação/indicação política por detentores de **mandato eletivo**. (é necessária a aferição de dolo e finalidade ilícita)

- **REVOGADOS:** **ATENÇÃO!**
 - retardar/não praticar ato de ofício indevidamente
 - praticar ato com fim proibido ou diverso
 - descumprir exigências de acessibilidade
 - transferir recursos da saúde a entidade privada sem prévio contrato, convênio...

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA


= SANÇÕES =

 **NOVIDADE!** (Lei 14.230/21)

a obrigação de reparar transfere-se aos **herdeiros** até o limite da herança.

SANÇÃO	ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	LESÃO AO ERÁRIO	LESÃO A PRINCÍPIOS
Perda da função pública	Aplicável O magistrado pode estender aos demais vínculos	Aplicável	-
Perda dos bens acrescidos ilicitamente	Deve ser aplicada	Pode ser aplicada (se concorrer)	-
Multa civil (Foi reduzida com a nova lei)	Equivalente ao acréscimo	Equivalente ao dano	Até 24x a remuneração
Suspensão dos direitos políticos	Até 14 anos	Até 12 anos	-
Proibição de contratar com o poder público e receber benefícios	Até 14 anos	Até 12 anos	Até 4 anos

→ Pode **extrapolar** o Ente público lesado, observados os impactos econômicos e sociais.

- **Reparação ao erário** → Deixou a lista de penalidades, mas continua aplicável.
 **IMPORTANTE!** (É reparação) o efetivo)

- A aplicação das sanções **independe** de:
 - Efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
(Salvo quanto ao ressarcimento e às condutas de lesão ao erário) → Não há mais a presunção de dano
 - Aprovação/rejeição das contas

 **NOVIDADE!** (Lei 14.230/21)

- Agora exige-se o **trânsito em julgado** para a aplicação de **todas** as sanções.
- **Não** se aplicam à P.J. caso o ato seja sancionado pela Lei 12.846/13.

→ Em regra, a perda só se aplicará ao **vínculo** no qual o **agente praticou** o ato.

→ Pode ser **aumentada até o dobro**, a depender da situação socioeconômica do réu.

Não podem ultrapassar o limite de **20 anos**.
(quando houver mais de uma sentença: continuidade de ilícito ou prática de diversas ilicitudes)